

A RACIONALIDADE AMBIENTAL E A QUALIDADE DE VIDA NO CONTEXTO DO USO DAS PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS COMO FONTE ALIMENTAR ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL

Carla Karoline Gomes Dutra Borges ¹
Danielle Portela de Almeida ²

RESUMO

A racionalidade consiste em uma construção permanente de teoria e práxis, que se concretizam através de uma inter-relação, a qual emerge em um terreno concreto e prático de uma problemática social, com isso, o diálogo de qualidade de vida surge como esfera discutível no tocante a questão alimentar do ser humano, a qual desde os primórdios sempre foi e será necessidade básica a ser suprida. Com isto, o presente manuscrito versa sobre reflexões acerca do uso das Plantas Alimentícias Não Convencionais como fonte alternativa alimentar sustentável, visto que, atualmente a alimentação humana é tão homogênea e monogâmica e com bases bastante fundadas, que não se permitem ser questionadas por outras bases de alimentação alternativas, alimentação esta, que pode ser utilizada como indicativo de qualidade de vida de uma geração, e que pode ser perpetuada à partir de conhecimentos e práxis estruturadas e concretas enquanto saberes categorizados e organizados.

Palavras-chave: PANC; Alimentação; Racionalidade; Qualidade.

INTRODUÇÃO

Faz parte da história da humanidade, o uso de recursos naturais para a sua sobrevivência. No entanto, na contemporaneidade, questões complexas como a industrialização trouxeram outros componentes para esta relação entre a humanidade e estes ditos recursos, sendo estes componentes a racionalidade ambiental e a qualidade de vida. A racionalidade ambiental é fator determinante para o controle cuidadoso e razoável dos recursos naturais disponíveis hoje para a humanidade, com vistas a suprir suas necessidades. Para Leff (2011, p. 190): “A degradação da natureza aparece nesta perspectiva como efeito da racionalidade econômica que nega e desconhece a natureza, que tenta reduzir e capitalizar a ordem da vida e da cultura”.

Essa negação da natureza, de forma discreta à partir da teorização dos impactos humanos e quantificação de uso de cada recurso, é uma afronta a racionalidade ambiental em sua essência. Essa racionalidade econômica força de forma indireta, a expulsão da população rural para zonas ecologicamente marginais, produzindo assim uma sociedade com estandarte estendido do hiperconsumo de forma desenfreada e desvairada, fazendo assim como que se passe por cima da natureza sem restrições, aproveitando o que se vê

¹ Doutoranda da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, carlaborges.am@gmail.com;

² Doutoranda da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, danielle.portela@yahoo.com.br;

pela frente. Com isso Toledo *et al.* (1985) dizem, assim, a perda da biodiversidade e a substituição das práticas tradicionais de manejo dos recursos afetaram a autossuficiência alimentar das populações rurais que acabam migrando.

É perceptível o entrelaçamento da racionalidade ambiental com a qualidade de vida da espécie humana, a qual é afetada diretamente por essa irracionalidade contemplada pela exploração desordenada. Mas o que é a qualidade de vida? Como podemos medir ela? Para Leff (2011, p.324):

“A qualidade de vida depende da qualidade do ambiente para chegar a um desenvolvimento equilibrado e sustentável (conservação potencial produtivo dos ecossistemas, a valorização e preservação da base de recursos naturais, a sustentabilidade ecológica do habitat); mas a qualidade de vida também está associada a formas inéditas de identidade, de cooperação, de solidariedade, de participação e de realização, que entrelaçam a satisfação de necessidades e aspirações [...]”.

Com isso, entendendo que essa qualidade de vida que deriva da racionalidade ambiental pode ser aprimorada e aplicada ao contexto alimentar, surge como campo de diálogo e discussão o uso das Plantas Alimentícias Não Convencionais como forma de alimentação alternativa e heteróloga a forma de alimentação atual, a qual é homogênea e monógena.

O estudo das plantas alimentícias não convencionais, veem sendo desvendados aos poucos, pois, o acesso de poucas pessoas a uma alimentação saudável e de qualidade significativa, são fatores que embasam fortemente as pesquisas nesse âmbito. Temos como exemplo a pesquisa de Dutra (2013), onde afirma que a substituição dos recursos alimentares tradicionais por produtos semi-processados e industrializados se constituem em graves fatores de ameaça à soberania alimentar de muitas famílias da zona rural, uma vez que resultam em maior dependência de alimentos externos com custo financeiro.

Trazendo para o contexto amazônico, Clay (et al., 2000) e Yuyama (et al., 1999 e 2001) afirmam que, em termos de segurança alimentar, a Amazônia é detentora de uma enorme diversidade em peixes e frutas, o que deveria representar uma abundante oferta de proteínas, calorias, vitaminas e minerais, e assim viabilizar um excelente padrão de saúde, nutrição e de qualidade de vida para os seus diferentes grupos populacionais. Chama-nos também a atenção a fala de Laudan (2011), ao afirmar que há um tempo, o uso dessas plantas (PANC) era algo normal e além disso, era algo do cotidiano, pois, os conhecimentos empíricos eram passados de geração em geração. Por outro lado, talvez com o processo de globalização e a disponibilização do conhecimento científico de maneira tão fácil através da internet, televisão, jornais e revistas, um medo e um receio foi instaurado sobre essas plantas não convencionais. Cabe ao ser humano, através da racionalização ambiental promover o uso desses recursos alternativos alimentares, como forma de descentralizar a alimentação dos grandes monocultivos e das grandes produções agropecuárias, que demandam tantos recursos naturais para sua manutenção e produção.

1. ENTENDENDO A RACIONALIDADE AMBIENTAL

Ao dialogar acerca da racionalidade ambiental, o campo se estende de forma vasta e complexa, pois, requer um pouco de cada nuance para que se alcance uma compreensão em si, ou mesmo um entendimento mais próximo do que esta representa. A racionalidade se expressa nas esferas, econômica, ecológica, teórica, social... e etc, que, se analisadas e refletidas de forma coerente, formam uma racionalidade ambiental complexa e completa, afinal, para se obter uma racionalidade holística é preciso partir do simples para o complexo. Para entender o ponto de partida do presente diálogo, Leff (2011), diz que:

“A lógica da unidade econômica, rural e o estilo étnico próprio de uma cultura remetem a racionalidades sociais constituídas como sistemas complexos de ideologias-valores-práticas-comportamentos-ações, que são irredutíveis a uma lógica unificadora. Neste sentido, a racionalidade ambiental não é a expressão de uma lógica, mas o efeito de um conjunto de interesses e de práticas sociais que articulam ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos” (p.134)

Esta racionalidade ambiental, é quem de fato organiza o que chamamos de processos sociais, já que esta, surte como uma base para nortear os interesses e as próprias práticas sociais que constroem e modelam as regras e até mesmo o que se crê em um determinado grupo, comunidade enfim, em um local onde a racionalidade é levada em consideração nas decisões ali tomadas. Colaborando com a fala de Leff, Edgar Morin (2011, p.65), traz a compreensão do que chamamos de tomada de consciência, Morin fala que “A possibilidade antropológica, sociológica, cultural, espiritual de progresso restaura o princípio da esperança, mas sem certeza científica, nem promessa histórica.” Nem tudo avança para o campo científico, as vezes só se precisa saber, e nem sempre debater, as vezes só se precisa entender e nem sempre questionar, afinal, a ciência não é pronta e acabada como um muro, mas está sempre em construção, por isso, nada é para sempre. Morin (2011, p. 65), continua dizendo: “É uma possibilidade incerta que depende muito da tomada de consciência, da vontade, da coragem, da oportunidade... Do mesmo modo, as tomadas de consciência tornaram-se urgentes e primordiais”.

A construção dessa racionalidade ambiental que é claramente dita por Leff e dita em entrelinhas por Morin, é o que realmente precisa-se trabalhar constantemente, já que, com o advento da racionalidade científica a natureza fracassou, foi fragmentada e reduzida a uma racionalidade econômica, esta, se tornou escrava, ainda que incomum, escrava de uma sociedade altamente lucrativa, conceitualista e geradora de efeitos não previsíveis. Para Leff (2006, p. 127), “O mundo objetivado e coisificado pela racionalidade científica e econômica desencadeia uma reação que não pode ser controlada por uma gestão racional de risco e aniquila de antemão toda utopia como construção social de um futuro sustentável”.

Os excessos de racionalidades científica, econômica, sufocam a racionalidade ambiental, nessa busca desenfreada por essa objetivação do mundo, de um mundo hipertélico, que busca sempre o crescimento a qualquer custo, já a racionalidade ambiental, acolhe a ordem simbólica, o enigma do ser e a vida.

Algumas perguntas são lançadas aqui como forma de reflexão, para enriquecer o diálogo: A partir de que critérios poderia se atribuir um valor econômico à biodiversidade e aos serviços ambientais que esta oferece? Sob que princípios científicos, éticos e econômicos, são estabelecidas novas formas de apropriação dessas riquezas biológicas do planeta? As indagações feitas, traçam o que deve ser concentrado na discussão para uma construção de uma racionalidade ambiental efetiva. Baudrillard (1983, p. 81) colabora com sua fala, quando diz:

“Os sistemas racionais da moral, do valor, da ciência, da razão, não conduzem senão à evolução linear das sociedades, à sua história visível. Mas a energia profunda que impulsiona inclusive estas coisas vem de outra parte. Do prestígio, do desafio, de todos os impulsos sedutores ou antagônicos, inclusive suicidas, que não têm nada a ver com uma moral social da história ou do progresso”.

Nesta evolução linear que conduz para um suicídio, a racionalidade ambiental não tem espaço. Esta que traz em suas bases a compreensão de *lugar*, *ethos*, bases, solidade, controle, lei-limite, ademais, tantos outros conceitos compreensivos que se complementam e se entrelaçam, não pode ser concretizada se não for racionalizada e projetada pelo ser vivente que a ludifica. As percas são incontáveis, inexprimíveis e incalculáveis, quando se fala do ambiente natural e social, o que se leva em consideração e o que se descarta na sua construção, na passagem do simbólico para o real. Para Leff (2006, p. 145): “As estratégias do capital para reapropriar-se da natureza vão degradando o meio ambiente em um mundo sem referentes nem sentidos, sem relação entre o valor de troca e a utilidade do valor de uso”. Por isso Morin (2011, p. 65) diz assim: “Aquilo que porta o pior perigo traz também as melhores esperanças: é a própria mente humana, e é por isso que o problema da reforma do pensamento se tornou vital”. A retomada do controle da racionalidade ambiental, de forma concreta, sem indícios de vieses econômicos, é um desafio, desafio este que contribui positivamente e dialogicamente com a qualidade de vida dos seres vivos neste planeta finito.

2. INDICATIVO DE QUALIDADE DE VIDA: ALIMENTAÇÃO

É de conhecimento geral que os indicadores de qualidade de vida são bastante relativos de acordo com cada cultura, localidade, regionalidade e claro a influência econômica de cada região do globo terrestre. Para Leff (2011, p. 321): “O conceito de qualidade de vida coloca a ênfase nos aspectos qualitativos das condições de existência, além de seu valor econômico, da normalização das necessidades básicas”. Todavia, diante da presente reflexão em curso, nos deteremos ao indicativo de qualidade de vida saúde, que está relacionado diretamente com a questão alimentar dos seres humanos. Em Mendes (1999), encontramos a seguinte consideração, disto deriva, objetivos a se alcançar: um ecossistema seguro, a satisfação das necessidades básicas de todos os cidadãos, uma ordem governativa baseada na solidariedade social, uma visão holística dos problemas e uma redução das iniquidades sociais.

Nesse cenário a problematização da qualidade de vida surge em um dado momento em que a solidificação do consumo vai de encontro com a deterioração do ambiente, ocorre a degradação do valor de uso das mercadorias, há também o empobrecimento crítico das massas e ocorre as limitações do Estado, o qual deve promover os serviços básicos a uma dada população em crescente crescimento, e que é marginalizada em detrimento dos grandes circuitos de consumo e de produção desenfreada.

A soberania alimentar é um desafio, já que é um fator de qualidade de vida essencial para a humanidade como um todo. Maciel e Oetter (2010, p. 20) colabora conosco quando diz: “A qualidade de vida, antes uma utopia para muitos, tornou-se alvo de preocupação e de controvérsias, principalmente quando se considera um dos seus principais constructos: a alimentação”. Desembalando demais e descascando de menos, é o que fazemos atualmente, há quem diga que a alimentação através de vegetais e frutas é rico em vitaminas e etc, porém, é tão homogênea que acabamos ficando presos a um círculo de alimentos pré-definidos pela monocultura de grande escala.

Diante do contexto da alta demanda energética que nosso corpo exige, a alimentação é um forte aliado ou vilão, Tyrovolas e Panagiotakos (2010) dizem que, dentre os fatores ambientais a nutrição/alimentação pode ser considerada o de maior importância para uma melhor qualidade de vida. É sabido de forma geral que, as deficiências nutricionais estão relacionadas ao modo de vida corrido ou mesmo, ao impacto financeiro negativo causado em famílias com pouco recurso financeiro para manter uma dieta equilibrada. Com isso estudo avançam no sentido de auxiliar em demandas alimentares alternativas, para que possam ser supridas ou mesmo minimizadas essas baixas nutricionais, principalmente em famílias de baixa renda, ou até mesmo surgir como uma possibilidade alimentar para a sociedade de uma forma geral, já que, os alimentos cada dia se tornam mais caros e menos acessíveis, na sua forma in natura e livre de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Encontramos apoio na fala de Azevedo (2008):

“Preocupações com as deficiências nutricionais e a fome têm dado espaço para a discussão do consumo excessivo de certos nutrientes e calorias na dieta, além dos problemas relativos à contaminação química dos alimentos”.

Essa modificação no padrão alimentar, é constante, dinâmica e complexa, pois, é envolvida desde o processo industrial, as novidades constantes da indústria alimentícia, são feitos estudos dos hábitos alimentares assim como, do ambiente, para elevar o consumo, a disponibilidade ou demanda, e a acessibilidade aos alimentos ricos em açúcares, gorduras saturadas, corantes e conservantes.

Compreendendo essa importância, em 2015 realizou-se a 5ª conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo como objetivo principal “ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar garantido a todos o direito setorial no Sistema de Política e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. E a partir desta, reconheceu os avanços conseguidos atualmente,

mas foi salientado que ainda é preciso avançar e ampliar o acesso à alimentação saudável a todos os brasileiros (CHAVES, 2016).

Após as exposições acima supracitadas, surge nesse cenário ainda de forma tímida as PANC, estas que em geral não são plantas cultivadas, mas se propagam em ambientes silvestres e podem ser encontradas em fragmentos florestais ou quando domesticadas, em ambientes como hortas caseiras, quintais e roças (MAPA, 2010).

As PANC surgem como fonte alternativa alimentar, sendo que estas podem ser consideradas, inços, matos e invasoras, e certamente quem tem quintal teve o privilégio de poder vê-las em pleno crescimento. Por serem de fácil adaptação a climas hostis, não requerem tanto cuidado, e com isso, facilita sua propagação e claro disseminação em quantidades elevadas. Com isso, Kinnup e Barros (2007) apud Chaves (2016) dizem que: o incentivo ao consumo e uso das Plantas Alimentícias Não Convencionais, além de assegurar a proteção, por serem restritas a determinadas localidades ou regiões, pode contribuir para a soberania e segurança alimentar e nutricional da população humana, pois são alimentos acessíveis e de baixo custo, de fácil cultivo, muitas destas com alto valor nutricional. Entendendo a importância da alimentação heterogênea e alternativa, o diálogo sobre quem são as PANC se faz necessário para uma maior compreensão de sua potencialidade e propriedades.

3. QUEM SÃO AS PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS NO CONTEXTO ALIMENTAR ALTERNATIVO?

Hoje temos a prática do cultivo em grande escala, a qual é chamada de agricultura moderna. A mesma, é realizada em monocultivos, os quais dependem de grandes quantidades de terra para a sua promoção. É importante salientar que esse tipo de agricultura, prima por espécies bem reduzidas, ou seja, as monoculturas, as quais são mais bem adaptadas a certas regiões e locais de cultivo, sendo assim, conferem uma inibição a gama de variedades de hortaliças e verduras que são próprias para a alimentação. Devido a essa diminuição do número de espécies vegetais consumidas atualmente, as estimativas mais otimistas indicam que cerca de 103 espécies seriam responsáveis por 90% dos alimentos consumidos no planeta, mas dentre estas vinte ou trinta espécies são comumente mencionadas (WALTER et al., 2005).

Entendendo que muitos dos alimentos locais são plantas, e que aos poucos tem sido substituídas por uma alimentação básica homogênea, monótona e globalizada (KINUPP e LORENZI, 2014). No entanto, salienta-se que o Brasil detém a maior biodiversidade do mundo com aproximadamente 15 a 20% das espécies do planeta. Diante disso surge a seguinte inquietação: Quanto desta biodiversidade é efetivamente conhecida? (KINUPP e LORENZI, 2014, p.21).

Como parte dessa imensa biodiversidade, temos as chamadas Plantas Alimentícias Não Convencionais. Kinupp e Lorenzi (2014, p.14) dizem que:

“PANC nada mais é do que um acrônimo para tentar contemplar as ‘Plantas Alimentícias Não Convencionais’, ou seja, plantas que possuem uma ou mais

das categorias de uso alimentício citada(s) mesmo que não sejam comuns, não sejam corriqueiras não sejam do dia a dia da grande maioria da população de uma região, de um país ou mesmo do planeta, já que temos atualmente uma alimentação básica muito homogênea, monótona e globalizada”.

Em geral as PANC não são plantas cultivadas, mas se propagam em ambientes silvestres e podem ser encontradas em fragmentos florestais ou quando domesticadas, em ambientes como hortas caseiras, quintais e roças (MAPA, 2010). Ainda, segundo Kinupp (2007), as PANC não são cultivadas em sistemas de produção convencionais, algumas são consideradas invasoras e indesejáveis. Entretanto, possuem uma ou mais partes que podem ser utilizadas na alimentação humana.

“O incentivo ao consumo ou uso das Plantas Alimentícias Não Convencionais, além de assegurar a proteção, por serem restritas a determinadas localidades ou regiões, pode contribuir para a soberania e segurança alimentar e nutricional da população humana, pois são alimentos acessíveis e de baixo custo, de fácil cultivo, muitas destas com alto valor nutricional” (KINUPP e BARROS, 2007 apud, CHAVES, 2016).

Tendo a questão do cultivo em que além de apostar em uma transição para uma agricultura ecológica, as PANC podem constituir um elemento importante já que não precisam de um cultivo exaustivo, nem do emprego de agrotóxicos prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente, visto que estas espécies estão perfeitamente adaptadas ao meio onde ocorrem (KINUPP, 2004). Acerca da natureza das Plantas Alimentícias Não Convencionais, é importante compreender qual a lógica usada nos estudos utilizados no entendimento dessas plantas. Inicialmente há um termo utilizado somente na Itália e possivelmente em nenhum outro país, que é a *Phytoalimurgia*, onde seus fundamentos podem ser válidos para a utilização e fortalecimento do termo PANC. Segundo Kinnup e Lorenzi (2014. p.15), é a Fitoalimurgia (*Phytoalimurgia*) que é o ramo da ciência que se ocupa da alimentação através das plantas espontâneas.

As Plantas Alimentícias Não Convencionais são um recurso com um alto potencial alimentício e deveriam ter a sua utilização mais estimulada, principalmente em se tratando do Estado do Amazonas, cuja diversidade e riqueza de recursos não convencionais são referência mundial. Kinupp e Barros (2007) dizem que no Brasil existem poucos trabalhos científicos, e mesmo de divulgação, sobre plantas alimentícias não convencionais. E acrescentam que a difusão e popularização deste conhecimento podem vir a ter um papel de diversificação de renda nas pequenas (ou até nas grandes) propriedades e evitar maiores prejuízos.

Mnzava et al., (1997 apud, MELO, 2007) faz uma pequena relação de fatores que contribuem para a falta de estudo sobre essas espécies quando afirma que as hortaliças subutilizadas têm méritos importantes, que incluem valor nutricional, valor ecológico, valor agrônomico, segurança alimentar, valor cultural e geração de emprego. No entanto, têm recebido pouca atenção da pesquisa pelas seguintes razões:

- a) falta de demanda: mudança de hábitos em favor da introdução de hortaliças “melhoradas” levou à queda na demanda por espécies locais, as quais obtêm baixos preços no mercado. Enquanto houver demanda crescente por alimentos modernos, espécies tradicionais estarão fora de moda; possuem prestígio social menor, sendo associadas ao grupo de baixo retorno financeiro;
- b) importância estritamente local: seu uso é específico da comunidade e sua ocorrência é restrita a uma região ou clima particular.
- c) urbanização: mudanças de hábito alimentar são mais rápidas com a urbanização e permitem a difusão de hábitos alimentares “étnicos”, com o abandono do modo de vida tradicional dos centros urbanos, incluindo os alimentos tradicionais;
- d) grande número de espécies;
- e) falta de conhecimento, especialmente quanto ao valor nutricional, métodos de cultivo, preservação e uso, impedem uma utilização mais ampla. Informações sobre hortaliças subutilizadas não são sistematicamente transferidas de uma geração para outra, de modo que ocorre um grande lapso de conhecimento, principalmente entre a geração mais velha das áreas rurais e a juventude urbana.

Como consequência da “modernização”, o estilo de vida rural está mudando gradualmente. Além disso, o currículo das escolas técnicas e de agronomia não valorizam o estudo de espécies locais.

Na realidade há uma gama de fatores que permeiam esse desconhecimento, e consequentemente o desuso das espécies, é sabido que, isso se dá principalmente nos lares, pois a partir do momento em que se começa a entender como se dá o uso dessas espécies, para que sevem e como podem ser utilizadas, e não o fazemos, acaba de uma certa forma reproduzindo essa desvalorização e desuso desses recursos com amplo potencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A racionalidade ambiental preza principalmente pela representação real do que a natureza é e as partes que a compõem. O respeito, o zelo e a reflexão são chaves para dialogar sobre essa racionalidade, que todos os dias é bombardeada pela mídia, globalizada e sedenta por vender e controlar nossos hábitos consumistas e insaciáveis. A busca pela carne perfeita (*baby beef*) a busca pelo fígado perfeito (engorda forçada de gansos), a busca até mesmo pela água perfeita, nos deixa cegos e insensíveis não tão somente a escassez de recursos para as gerações futuras, mas sim para a geração de agora. Essa racionalidade quando atrelada a qualidade de vida do ser humano, é um desafio, pois todas as bases de produção, quer seja têxtil, medicinal e até mesmo alimentar são extraídas da fonte mãe que é a natureza através de seus minérios e componente perecíveis. Ao concentrar o diálogo no campo alimentar, percebemos o quanto temos devorado a natureza de forma avassaladora e desordenada, sem respeito e sem qualquer entendimento de onde estamos entrando, e quantas vidas são impactadas diretamente pelas ações antrópicas humanas.

A Importância do uso alimentar alternativo das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) poderíamos dizer que é o fator essencial de nosso manuscrito, pois não se teria credibilidade em algo que não tivesse importância alguma para a sociedade como um todo. Como já mencionado anteriormente, temos perdido a soberania alimentar, e estes alimentos que contribuem para o bem estar, estão sendo cada vez mais limitados e trocados pelos alimentos industrializados e processados. Além, de ser uma fonte alternativa de alimentação para as populações ribeirinhas que vivem as margens dos rios e que sofrem com as cheias, podem ser fontes de nutrientes absolutamente necessários para a população em geral, podendo substituir sem qualquer receio as plantas convencionais que temos em nosso dia a dia. Podendo também nos proporcionar uma facilidade maior de cultivo das espécies, já que elas são altamente resilientes em meio hostil, e nossos quintais podem passar a ser um mini cultivo limpo e de fácil acesso. As comunidades tradicionais, ribeirinhas, indígenas, e até mesmo a população urbanizada que sofre com os altos valores de itens alimentícios que cada vez mais, somem de suas mesas, essas plantas podem ser uma alternativa de baixa demanda econômica e de tempo viável para sua reprodução com fim alimentício.

AGRADECIMENTOS

A universidade Federal do Amazonas – UFAM

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E. Reflexões sobre riscos e o papel da ciência na construção do conceito de alimentação saudável. **Revista de Nutrição**. Campinas, v.21, n.6, p. 717-723, nov/dez, 2008.

BAUDRILLARD, J. *Les Stratégies Fatales*. **Bernard Grasset**, Paris, 1983.

CHAVES, M. S. **Plantas Alimentícias Não Convencionais em Comunidades Ribeirinhas na Amazônia**. Dissertação de Mestrado. Viçosa, MG, 2016. 123 p.

CLAY, J. W.; SAMPAIO, P. T. B.; CLEMENT, C. R. **Biodiversidade Amazônica: exemplos e estratégias de utilização**. Programa de Desenvolvimento Empresarial Tecnológico. Manaus, AM, Ed. Manaus, 2000. 409p.

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa: Polêmicas do nosso tempo**. 5. ed. Campinas, SP, 1995.

DUTRA, L. V. **Insegurança alimentar e nutricional e produção para o autoconsumo na zona rural de São Miguel do Anta, Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado, UFV, Minas Gerais, 2013. 118p.

KINUPP, V. F.; BARROS, I. B. I. “Levantamento de dados e divulgação do potencial das plantas alimentícias alternativas do Brasil”. **Revista Horticultura Brasileira**, 2004. 4 p.

KINUPP, V. F.; BARROS, I. B. I. Riqueza de Plantas Alimentícias Não Convencionais na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, RS, 2007.

KINUPP, V.F.; LORENZI, H. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas**. Instituto Plantarum de Estudos da Flora, São Paulo, 2014. 768 p.

LAUDAN, L. Um modelo de progresso científico. In: **O progresso e seus problemas**. Rumo a uma teoria do crescimento científico. Ed. UNESP, São Paulo, 2011.

LEFF, E. O retorno da Ordem Simbólica: a capitalização da natureza e as estratégias fatais do desenvolvimento sustentável. In: LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: A reapropriação social da natureza**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. 8. ed. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2011.

MACIEL, E. S. OETTERER, M. **O desafio da Alimentação como Fator de Qualidade de Vida na Última Década**. Cap. 2, 2010.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Hortaliças não convencionais, MAPA/ACS, Brasília, 2010. 52 p.

MELO, A. M. T. **Hortaliças subutilizadas e sua importância no contexto da agricultura familiar**. São Paulo, 2007.

MENDES, E. V. **Município saudável: Para quê? Como?** Seminário Nacional sobre municípios saudáveis. Faculdade de Saúde Pública, USP, Mimeo, 1999.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2.ed. Ed. Cortez, UNESCO, Brasília, DF, 2011.

MNZAVA, N. M. *Vegetable crop diversification and the place of traditional species in the tropics*. In: GUARINO, L. (ed.). *Traditional African vegetables. Promoting the conservation and use of underutilized and neglected crops*. 16. *Proceedings of the IPGRI international. Rome, Italy Workshop on Genetic Resources of Traditional Vegetables in Africa: Conservation and Use, 29-31 August 1995, ICRAF-HQ, Nairobi, Kenya. Institute of Plant Genetics and Crop Plant Research, Gatersleben/International Plant Genetic Resources Institute, 1997.*

TOLEDO, V. M. et al. **Ecología y autosuficiencia alimentaria**. México: Siglo XXI, 1985.

TYROVOLAS, S.; PANAGIOTAKOS, D. *The role of Mediterranean type of diet on the development of cancer and cardiovascular disease, in the elderly: A systematic review*. *Maturitas*. v. 65., 2010. p. 122-130.

FONSECA, C. N.; LISBOA, P. L. B.; URBINATI, C. V. A XILOTECA (Coleção **WALTER A. EGLER**) Museu Paraense Emílio Goeldi, **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Ciências Naturais v.1, p.65-140, 2005.

YUYAMA, L.K.O.; AGUIAR, J.P.L.; NAGAHAMA, D.; ALENCAR, F.H. Avaliação da dieta dos pré-escolares do Município de Itapiranga - Calha do Rio Amazonas. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição - SBAN**, Anais, 272p, São Paulo, 1999. 27Pp.

YUYAMA, L.K.O.; AGUIAR, J.P.L.; RODRIGUES, M.L.C.F.; TEIXEIRA, A.; ALENCAR, F.H.; MARINHO, H. A. Avaliação da dieta de pré-escolares do município de Benjamin Constant - AM. In: **VI Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição. Nutrição e Alimentação: da Adequação à Excelência**. Anais SBAN, v. 1. p. 113-272, Florianópolis, 2001.